

Prefácio

Não há Portugal sem cristianismo. Assim foi desde os primórdios da nacionalidade.

Os cristãos – e, dentro deles, os católicos – estiveram presentes em todos os lances da nossa história – da afirmação da independência à expansão pelos oceanos e à chegada a outros continentes, da construção do Império à descolonização, da monarquia à república, das ditaduras à democracia.

Um sem-número de vezes ao serviço de uma visão personalista, humanista e ecuménica, que perdurou até hoje e é um denominador comum inquestionável: terra que somos de emigrantes e de imigrantes e refugiados, aberta a todos, com generosidade e gratidão.

Algumas vezes, arrogantes e intolerantes, como na Inquisição, ou incompreendidos e perseguidos, como nalguns períodos anticlericais e antirreligiosos.

Mas, no seu todo, e na sua diversidade, os católicos uniram o seu destino ao da pátria comum.

E assim são hoje, nunca esquecendo que Portugal é também marcado, na sua identidade, por regras helénicas e romanas, germânicas e célticas, judaicas e muçulmanas, africanas, americanas, asiáticas e oceânicas.

Felizmente não há um Portugal puro, antes um Portugal cadinho de culturas, civilizações, religiões, crenças, usos, viver do mundo e da vida.

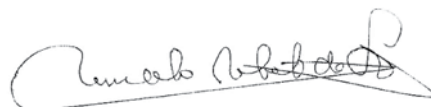
Mas, nesse Portugal universalista – cá dentro e lá fora –, os católicos continuam a desempenhar um importante papel. Na escola, na saúde, na solidariedade social, na cultura, na ciência, na tecnologia. Individualmente ou, com frequência, em grupo, com muitos outros Portugueses.

É deste testemunho que nos fala a presente obra.

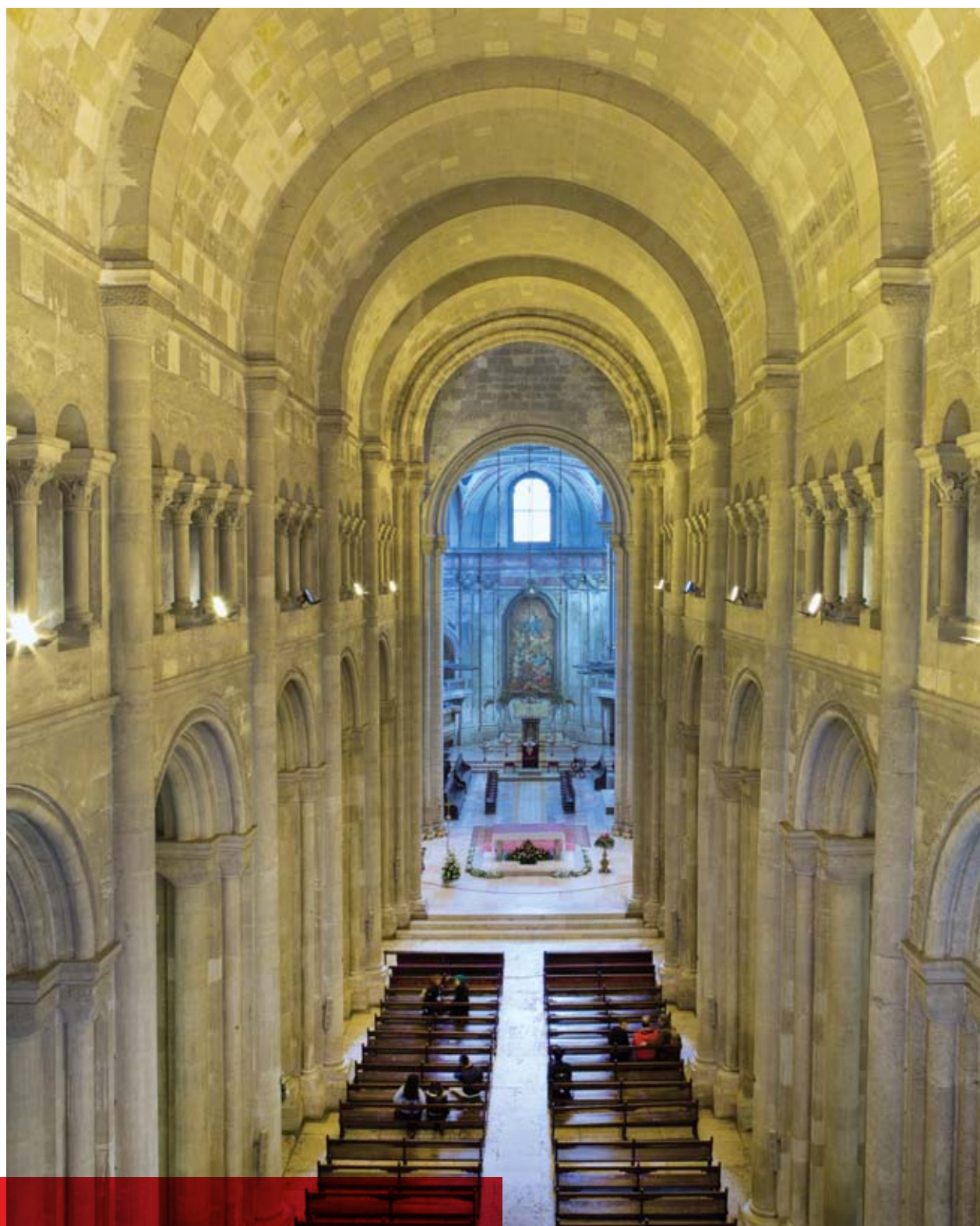
Concebida também, na sua matriz inicial, para ser oferecida a Sua Santidade o Papa Francisco. Um papa do universal e, nele, das periferias mais esquecidas, menosprezadas ou exploradas.

O Presidente da República Portuguesa, que se orgulha de ser católico, mas representa todos os Portugueses, sem discriminações ou marginalizações, reconhece a importância desta obra e, acima de tudo, o mérito da realidade que ela se propõe retratar.

E saúda, com emoção, o Papa Francisco, no preciso instante em que, como humilde peregrino, se apresta a chegar a Fátima, ponto secular de encontro de gentes de todo o mundo, sequiosas de paz e fraternidade, no tempo e para além dele.



Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República



“

Mas quando descola da terra, ou quando da terra descola para outros voos de pensamento e expressão, a cultura do espírito torna-se mais densa e imprevisível.

”

Prelúdio

O que é o Portugal Católico?

Agradeço aos professores José Carlos Seabra Pereira e José Eduardo Franco, bem como a todos os autores, colaboradores e editores desta obra, a tentativa de responder à pergunta de modo tão amplo e original entre nós.

Porque tanto o substantivo como o adjetivo são difíceis. Porque a sua conjugação ainda o é mais. Começemos pelo substantivo «Portugal». Politicamente designa um país. Foi uma terra nortenha em torno de Gaia, um condado que veio até Coimbra, depois até Lisboa, depois mais para sul, já como reino. No séc. XIII, ganhou fronteiras continentais, que no séc. XV se alargaram pelo oceano. Entre 1815 e 1822, foi o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. De então para cá, foi-se arduamente definindo como é hoje, continente, Madeira e Açores.

Politicamente é assim, no concerto das nações, existindo sob vários regimes, quatro dinastias e três repúblicas no que à chefia do Estado respeita, hoje uma democracia entre as democracias da União Europeia. Rondaremos os 15 milhões, os Portugueses, se contarmos os 10 do país e os outros da diáspora, com os descendentes de uma, duas e mais gerações, já plurinacionais tantos deles.

Culturalmente, é mais difícil a definição, se é que é possível. Tratando-se de terra amanhada, agricultura, vá que não vá, mas tentando melhores dias doutra maneira. O Portugal da terra e das terras, dos povoados e do povo, esse é estudável na etnografia, visível e audível no folclore. Mas quando descola da terra, ou quando da terra descola para outros voos de pensamento e expressão, a cultura do espírito torna-se mais densa e imprevisível. Até onde chega Portugal como cultura portuguesa, como voz ou saudade da terra, como literatura ou como canção, arte plástica ou abstração filosófica? Senti-lo é possível, quando nos toca ou nos dói, especialmente quando estamos fora, finalmente quando regressamos. Defini-lo, delimitá-lo, não. E ainda bem que é assim, ou não teríamos poesia, que só acontece a partir de dentro ou de longe. Portuguesmente, adivinha-se entre o nevoeiro. «Entre as brumas da memória», como canta o hino.

Nem por isso menos verdadeiro, mas por isso menos passível de definições. A ideia que temos do que fomos projeta no passado o que queremos ser no futuro. A verdade é o que somos hoje. E a verdade do passado é o que nos sobra apesar de tudo. O chão que pisamos e nos é comum, ainda que sejamos diversos nas histórias contadas e nas memórias escolhidas. De pátria podemos falar, enquanto terra dos pais, nos herdados e deserdados que somos, conforme os casos. E ainda como terra que queremos legar, sendo cada um seu pai para o melhor futuro de quem vier a seguir. E assim mesmo, Portugal designa a corresponsabilidade atual de nós todos.

Ligando política e cultura, como vimos fazendo, incluímos necessariamente o legado religioso que nos chega. Plural também, dentro da unidade que o termo indica. «Religião» vem de «ligação», do sentimento espontâneo de não estarmos sós nem desprendidos dos outros e de um Outro que nos une a todos. Este Outro ganhou vários nomes e outras tantas qualidades. Por vezes, nem se definiu em termos propriamente individuais, vagando entre o animismo que o adivinha em todo o lado e a conveniência de que esteja algures, abstratamente mais longe ou pragmaticamente mais perto, pertíssimo quando é preciso.

No espaço português há sinais de tudo isto. Começou pela religiosidade espontânea, chamada pagã porque própria do campo, da água e da terra, da chuva e do sol, da vida e da morte, tendo vários nomes para designar o parecido. Subsiste sempre, com a força do que brota e com o perigo de não crescer. De não passar da terra ao céu, de não olhar as estrelas ou além delas, de não se libertar de si própria, de fazer do ciclo das estações do ano a rotina encerrada das vidas.

Chegaram-nos, entretanto, outros legados religiosos. Judeus, cristãos e muçulmanos trouxeram-nos um Deus único, garantia e desafio à unidade de todos, criaturas suas. O mais presente na totalidade sociocultural que somos foi o cristianismo. Fala-nos de um Deus que tanto nos transcende como nos incarna, tomando em Jesus a condição humana em que ganha rosto, voz e companhia.

Aqui chegados, tomamos o adjetivo que o título desta obra acrescenta a Portugal: «católico».

Como disse acima, é difícil a definição e a conjugação dos termos. De «Portugal», pois ao descolar-se da terra como povo e sentimento ultrapassa os limites de si próprio. De «católico», porque designando correntemente uma aceção específica do cristianismo global, inscreve-se no âmbito religioso, mais fácil de verificar nas expressões do que de captar como convicção.

Diga-se, porém, que na tripartição habitual do cristianismo, muito imprecisa, aliás, entre catolicismo, ortodoxia e protestantismo, o primeiro acentua a ligação a Roma e algo a que podemos chamar sacramentalidade.

Por sacramentalidade podemos entender a expressão física da realidade espiritual, qual consequência da encarnação de Deus em Cristo; e a quase tangibilidade de Cristo, omnipresente porque ressuscitado, em múltiplos sinais que o manifestam. Na tradição católica, estes são sobretudo os sete sacramentos. Mas alargam-se em muitos outros sinais, como que prolongando a encarnação, pois de algum modo a ecoam. Aqui os templos, aqui a literatura, aqui a arte; aqui a própria organização social, quando pretenda aproximar a cidade terrena da mística cidade de Deus, *i.e.*, realizar aquela convivência nova entre os homens a que Jesus chamava o Reino. Estes aspetos sacramentais do cristianismo, que a tradição católica particularmente acentua, nem sempre mantiveram um cunho exclusivamente religioso, podendo mundanizar-se demais. Toda a tradição católica vive desta tensão, conhecendo sucessivos movimentos de reforma que lhe lembram um Reino que não é deste mundo, como o próprio Cristo acentuou, mas que nem por isso quis fora do mundo.

O nosso património sociocultural e institucional, cujas variadas expressões esta obra recolhe na atualidade a que chegámos, manifesta essa tensão nas artes e nas letras, nos claustros e no mundo, na ciência, na economia, na vida sociopolítica.

Uma tensão criativa. Porque, não sendo fácil a conjugação de tal verdade divina com tanta variedade humana, humanização de Deus e divinização do Homem oferecem-nos uma totalidade múltipla que nos desafia sempre mais. Assim acontece mundo além, assim acontece em Portugal. Com tanta surpresa como esta obra recolhe, com tanto futuro como assim mesmo promete.

A handwritten signature in black ink, reading "Manuel Clemente". To the left of the signature is a small cross symbol (+).

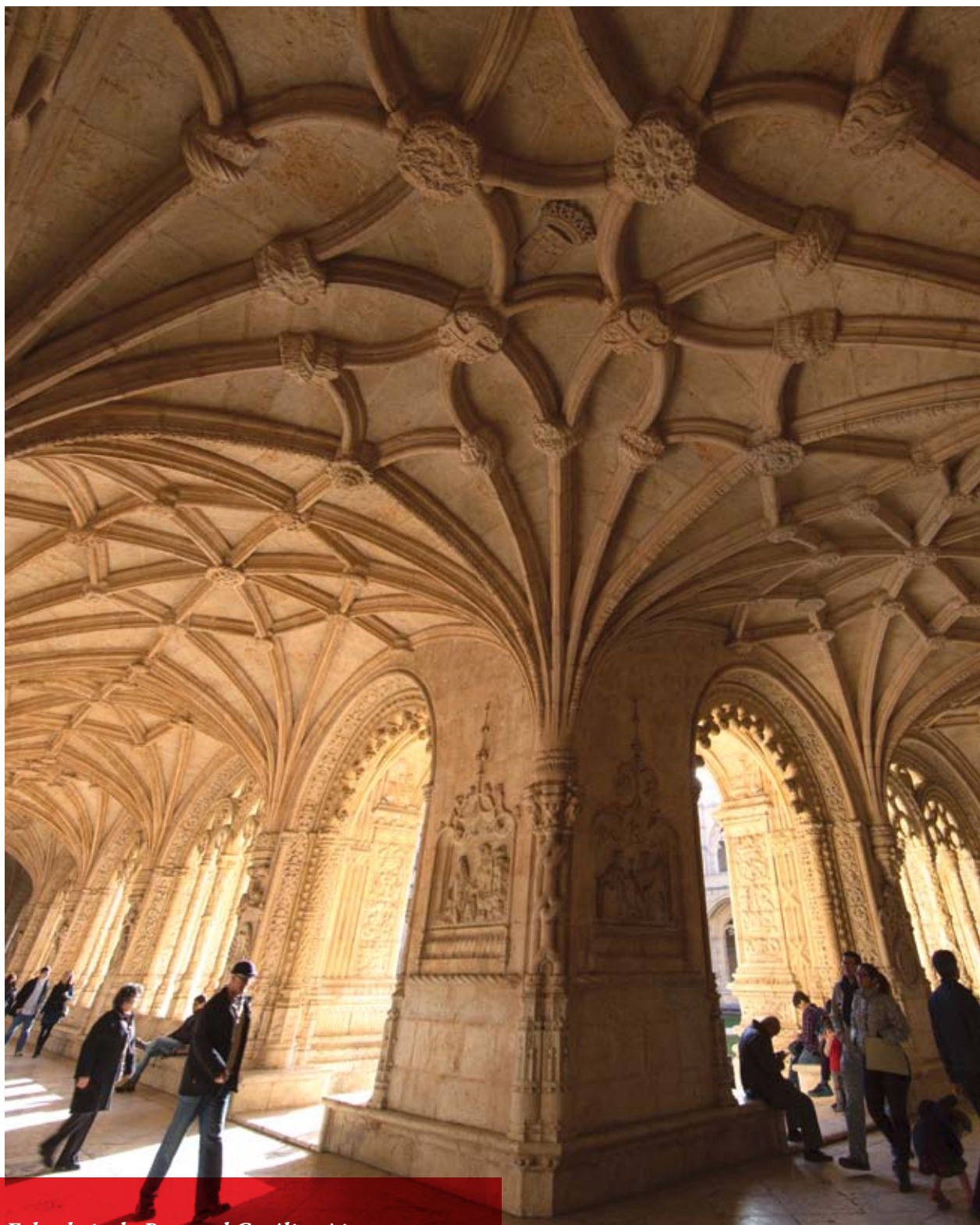
Manuel Clemente

Cardeal-Patriarca

Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa



Jovem em oração na igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa.



“

Falar hoje do Portugal Católico é integrar este tema na construção, sempre imperfeita e inacabada, de uma sociedade aberta e de uma democracia política, social, económica e cultural em que todos tenham lugar.

”

Democracia para as pessoas

Quando João XXIII, nos últimos dias da sua vida, lançou a encíclica *Pacem in Terris*, recebi esse texto fundamental com alegria e entusiasmo. Para um jovem estudante como eu, preocupado com a necessidade de abertura de novos horizontes, sobretudo numa sociedade fechada como era a portuguesa em 1963, estava-se perante uma lufada de ar fresco de que deveríamos usufruir. Um Papa ancião, de que não se esperava muito, a não ser assegurar a transição para alguém diferente e mais jovem, correria o risco de abrir as janelas da Igreja Católica sem medo das correntes de ar. E aquela encíclica era diferente das anteriores – antes do mais, porque se dirigia, pela primeira vez, não só aos católicos, mas a todas as pessoas de boa vontade. Esse facto foi muito mais importante do que pôde parecer à primeira vista – uma vez que abria perspectivas para uma colaboração necessária entre católicos e não católicos, no sentido do bem comum e do desenvolvimento. Esse era um sinal claro de que muito poderia mudar. Era o sentido geral do Concílio Vaticano II que se definia. E hoje sabemos que *Pacem in Terris* tirou veleidades aos mais conservadores e obrigou o Concílio, que começara muito timidamente, a ser mais audacioso. Lembre-se que a invocação dos sinais dos tempos e o primeiro esboço do que veio a ser a constituição pastoral *Gaudium et Spes* tinham sido recusados numa primeira leitura – o que era inaceitável para João XXIII. Para nós, jovens, esse sinal era fundamental. Era preciso sair para a rua (como hoje proclama o Papa Francisco) e ir para onde havia pobreza, injustiças e exclusão. Recusávamos o mero assistencialismo; era preciso pensar em políticas públicas, consistentes, que atacassem o mal do atraso e do subdesenvolvimento – que, no nosso caso, estava bem próximo, para quem quisesse ver, e não podíamos ignorar. O país rural, que bem conheci, e a periferia das grandes cidades, que fui conhecendo, precisavam de respostas – e a responsabilidade social que nos era proposta constituía um verdadeiro programa de vida. A lição do P. Abel Varzim estava bem presente nos nossos espíritos – ele que pagara o duro preço da difamação e do exílio interno, pela coragem de dar a mão a quem precisava e era incómodo. Por outro lado, era a liberdade religiosa que se anunciava, era a emancipação dos povos coloniais que se exigia, sendo toda a humanidade chamada à construção da paz, da justiça e da liberdade.

Em Portugal, não havia democracia, e o texto do Papa era um desafio e um grito de alerta – em nome dos direitos fundamentais, da causa da paz e do reconhecimento da importância dos sinais dos tempos. Ali estava a afirmação de que todo o ser humano é pessoa, sujeito de direitos e deveres, que tinha como consequência o direito à existência e a um digno padrão de vida. Os direitos não eram apenas políticos, eram também sociais, económicos e culturais. No bairro da Curraleira, percebi que o caminho da dignidade e da emancipação obrigava a um esforço permanente de atenção e de aprendizagem. Sim, em vez da esmola era preciso dar a cana de pesca, mas, mesmo assim, esta era insuficiente – era preciso a educação e a formação, a aprendizagem. E esse desafio obrigava a uma disponibilidade total. Era preciso dar atenção, acompanhar e cuidar. Havia, pois, que lutar pela liberdade e pela justiça social, contra a pobreza e a exclusão – liberdade e igualdade, igualdade e diferença eram faces da mesma moeda. E de Paulo VI fixávamos a afirmação de que «o desenvolvimento é o novo nome da paz» (PAULO VI, 1967, n.º 87).

Pode dizer-se, assim, que a moderna democracia portuguesa, implantada em 25 de abril de 1974, correspondeu a um compromisso complexo, maturado através da cooperação entre pessoas e grupos de origens e formações diferentes – a partir da liberdade de consciência, da prática da laicidade, da separação entre Estado e confissões religiosas –, centrado na liberdade, no pluralismo, no respeito mútuo e na construção exigente do bem comum, da paz e do desenvolvimento humano. Mário Soares compreendeu-o desde cedo, ao mobilizar diferentes perspectivas, desde o republicanismo até ao marxismo aberto, passando pelo cristianismo social. Quando, exatamente no ano de 1963, Mário Soares e Salgado Zenha se associaram a António Alçada Baptista na criação da revista *O Tempo e o Modo*, com jovens do movimento estudantil, como Jorge Sampaio, fizeram-no num sinal claro de procura de sangue novo para uma democracia que se preparava e se queria prevenida relativamente a erros cometidos na Primeira República, nas questões social e religiosa. Não podíamos esquecer a tomada de posição do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, à luz da doutrina social católica, e o afastamento a que fora forçado, nem a onda de consciência cívica lançada na candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República em 1958. A durabilidade da Constituição de 1976 deve-se certamente a essas preocupações originais, que marcaram o código genético de uma república moderna. E neste ponto não posso esquecer a lucidez de Francisco Salgado Zenha, grande amigo, que muito bem compreendeu estas exigências – e que é para mim uma referência fundamental de exemplo cívico, de ética e sabedoria humanas.

Se, neste testemunho pessoal, falo da convergência de diversos contributos e da importância da renovação lançada por João XXIII e pelo Concílio Vaticano II, faço-o entendendo que, para os Portugueses, nos anos 60

do século passado, fácil se tornava compreender a importância dos desafios ligados à liberdade e aos direitos políticos, económicos e sociais. O pluralismo político, que faltava, não poderia deixar de ser completado por uma atitude audaciosa nas políticas públicas no campo social – igualdade de oportunidades, correção das desigualdades, dignidade para todos. E o exemplo das políticas de Olof Palme teve neste ponto, para mim, uma importância especial – reforçando os ensinamentos do cristianismo social. Com João XXIII, aprendíamos ainda a dimensão universalista e planetária do humanismo, as novas responsabilidades das políticas internacionais: «A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respetivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial. Tarefa nobilíssima, qual a de realizar a verdadeira paz, segundo a ordem estabelecida por Deus» (JOÃO XXIII, 1963, n.º 162). Perante esta responsabilidade, não podíamos baixar os braços e tínhamos, no fundo, de ser muito exigentes, como Jesus Cristo foi. Neste sentido, o Concílio Vaticano II foi mobilizador, e ainda hoje o é – não no sentido da repetição ou da rotina, mas da procura de novos compromissos e desafios.

Falar hoje do Portugal Católico é integrar este tema na construção, sempre imperfeita e inacabada, de uma sociedade aberta e de uma democracia política, social, económica e cultural em que todos tenham lugar. E se há, ao longo de quase 10 séculos, uma característica da identidade portuguesa, ela é a da hospitalidade e da capacidade de integração e de complementaridade. Um mundo global precisa, no fundo, a um tempo, de modéstia e de capacidade de compreender. Eis o que não deveremos esquecer.



António Guterres
Secretário-Geral da ONU